

O Novo-desenvolvimentismo no Brasil no começo do século XXI: a estratégia de consumo de massas.

Ana Maria Rita Milani¹

Rômulo Batista Sales²

RESUMO

O Brasil inicia a década de 2000 com um modelo econômico que vai ter seu foco na estratégia social-desenvolvimentista que contemplava ampliação do mercado interno, beneficiado pelo aumento da demanda internacional por recursos naturais e implementando um ambiente favorável à ampliação dos investimentos em infraestrutura social e econômica. A estratégia de desenvolvimento de manutenção do tripé macroeconômico neoliberal e políticas progressistas de combate à pobreza pode ser considerada uma estratégia híbrida de desenvolvimento econômico que visava estimular o crescimento com distribuição de renda via produção e consumo de massas. Este artigo tem por objetivo analisar a estratégia de consumo de massas como medida de atingir o desenvolvimento no período de 2003 a 2014, considerando o arcabouço do novo-desenvolvimentismo. Observou-se que o Brasil conseguiu estimular o consumo interno utilizando a capacidade industrial instalada fora dele, o que pode ser uma evidência de que houve, em parte, um processo interno de desindustrialização. Por fim, pelos resultados obtidos, podemos afirmar que com base na dinâmica da estratégia de desenvolvimento adotada, a economia não respondeu conforme esperado, logo não foi eficiente em promover um desenvolvimento sustentado no período analisado.

Palavras chaves: novo-desenvolvimentismo; Brasil; estratégia de consumo de massas.

ABSTRACT

Brazil begins the 2000s with economic model that will focus on the social-developmental strategy that included expanding the domestic market, benefiting from the increase in international demand for natural resources and implementing a favorable environment to expanding investments in social and economic infrastructure. The strategy of developing maintenance of the neoliberal macroeconomic tripod and progressive policies to combat poverty can be considered a hybrid strategy of economic development that aimed to stimulate growth with income distribution via mass production and consumption. This article aims to analyze the strategy of mass consumption as a measure of achieving development in the period from 2003 to 2014, considering the framework of new developmentalism. It was observed that Brazil managed to stimulate domestic consumption using the industrial capacity installed outside it, which may be evidence that there was, in part, an internal process of deindustrialization. Finally, based on the results obtained, we can say that based on the dynamics of the development strategy adopted, the economy did not respond as expected, so it was not efficient in promoting sustained development in the analyzed period.

Keys words: new developmentalism; Brazil; strategy domestic consumption.

¹ Doutora em Economia (UFRGS). Professora Adjunta da FEAC-UFAL. Professora do Curso de Mestrado em Economia da UFAL. E-mail: anamilani16@hotmail.com

² Economista (UFAL). Mestre em Economia do Curso de Mestrado em Economia Aplicada da UFAL. E-mail: romulobs@yahoo.com.br

Introdução

A década de 1990 trouxe para o Brasil o triunfo do neoliberalismo deixando para trás definitivamente as ideias do velho desenvolvimentismo, o qual guiou as políticas econômicas no passado. Com o ideário neoliberal se implementa no país com modelo de ajuste estrutural, que estava inspirado no Consenso de Washington e tinha como quesitos centrais: desregulamentações dos mercados, abertura comercial e financeira, privatizações, disciplina fiscal, controle monetário e estado mínimo. No Brasil, essa década foi marcada por planos econômicos – Collor I, II e Plano Real - que tinham o objetivo central de estabilizar a economia, fundamentalmente erradicar a inflação seguindo o receituário ortodoxo e tendo como prioridade o aumento na produção e na competitividade.

Os resultados deletérios obtidos pelo modelo de ajuste estrutural no plano tanto econômico quanto social fizeram com que no início da década de 2000 ganharam espaço novas propostas das ideias desenvolvimentistas focadas em atender, fundamentalmente, as demandas sociais. Com a situação macroeconômica brasileira sob controle, fundamentalmente da inflação, e a conjuntura da economia global em ascensão puxada pelo crescimento da China, o período de 2003-2014 é também marcado pela retomada das discussões sobre as novas estratégias de desenvolvimento, surgindo o conceito de o novo-desenvolvimentismo.

Assim, o Brasil inicia a década de 2000 com um modelo econômico que vai ter seu foco na estratégia social-desenvolvimentista que contemplava ampliação do mercado interno, beneficiado pela expressiva demanda internacional por recursos naturais e um ambiente favorável à ampliação dos investimentos em infraestrutura social e econômica. Nesse contexto, o novo ciclo concretiza-se no primeiro Plano Plurianual (PPA) do governo Lula que contempla o período de 2004 a 2007 que dinamiza o mercado interno de consumo de massas e promete avanços na produtividade concomitantemente com os salários. O PPA de 2008 a 2011 dá continuidade às políticas de intervenção estatal através: do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no sentido de conseguir ampliar a massa salarial dando sustentação ao consumo, e perde espaço de forma definitiva no PPA do governo Dilma I (2011/2014).

Mantendo o tripé macroeconômico neoliberal – metas de superávit fiscal, taxa de câmbio livre e metas de inflação -, e políticas progressistas de combate à pobreza baseada no tripé bolsa família, crédito consignado e valorização do salário mínimo pode ser considerada uma estratégia híbrida de desenvolvimento econômico que visava

estimular o crescimento com distribuição de renda via produção e consumo de massas. A novidade desse modelo é que a política social se torna também política econômica.

Este artigo tem por objetivo analisar a estratégia de consumo de massas como medida de atingir o desenvolvimento no período de 2003 a 2014, considerando o arcabouço do novo-desenvolvimentismo.

A metodologia utilizada foi baseada numa pesquisa teórico-bibliográfica e qualitativa, tendo como foco se debruçar com relação ao conceito de desenvolvimento e do novo desenvolvimentismo. Para isso, o artigo também terá coleta de dois tipos de dados: i) caracterização do novo desenvolvimento teoricamente e ii) dados estatísticos levantados em sites oficiais como forma de contextualização das políticas implementadas.

Além desta introdução, este artigo terá três seções. A primeira seção, será apresentado o marco teórico conceitual do novo-desenvolvimentismo e as estratégias que o guiaram no período de estudo. Na segunda seção, será realizada uma contextualização do desempenho da economia brasileira, assim como, uma descrição das principais estratégias dos governos com base nos estudos dos PPAs de 2004 a 2014. Na terceira seção, será apresentado a estratégia de consumo de massas assim como os fatos estilizados que refletiram essa política nos principais indicadores. Por último, as considerações finais.

2. Marco teórico: o novo-desenvolvimentismo no começo do século XXI.

Na primeira década de século XXI, na América Latina ressurgem as ideias do desenvolvimento principalmente como decorrência do pífio desempenho do modelo de ajuste estrutural que tinha inspiração no ideário neoliberal. O debate ao redor dessas ideias se centra na política macroeconômica de estabilização, ajuste e inserção nos mercados globalizados. Muitos autores, entre eles Bresser Pereira (2006), sustentam que diante do novo contexto histórico que a região vivencia é necessária uma atualização do pensamento estruturalista do desenvolvimento e um novo desenvolvimentismo adaptado aos dias hodiernos. O autor define que o ‘novo’ desenvolvimentismo pode ser entendido como uma estratégia nacional apropriada para este novo tempo. Entretanto, Oreiro e Paula (2012, p.59) argumentam que o ‘novo’ desenvolvimentismo não é um retorno às teses estruturalistas, mas sim um novo modelo de desenvolvimento no qual o Estado e o mercado são vistos como elementos complementares. Como assinalado por Tresparini e

Mandarino (2013), o novo-desenvolvimentismo relaciona-se à experiência recente de políticas econômicas aplicadas na América Latina, especialmente no Brasil e Argentina. Assim, os adeptos do “novo” desenvolvimentismo defendem a mudança no papel do Estado na economia se comparada com a concepção neoliberal, pois não se enxerga a intervenção como algo negativo, pelo contrário, ele deveria atuar no mercado como um ente regulador e fortificador das relações de mercado, reduzindo as incertezas, regulando os conflitos e estabilizando os preços.

Mollo e Amado (2015) apresentam um trabalho no qual tentam caracterizar o pensamento novo-desenvolvimentista dividindo-o em três correntes: novo-desenvolvimentismo precursor, novo-desenvolvimentismo pós-keynesiano e o social-desenvolvimentismo. Vejamos resumidamente cada uma delas.

2.1 O novo-desenvolvimentismo precursor

Seu principal expoente é Bresser-Pereira³ e na definição de Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, p. 5), o novo-desenvolvimentismo é “novo” porque combina ações de mercado e do Estado como estratégia nacional de desenvolvimento para alcançar a mudança estrutural necessária ao desenvolvimento econômico. Sua prioridade é o mercado externo⁴, assim, as exportações devem ser estimuladas, baixando-se a taxa de juros para estimular o investimento. O equilíbrio fiscal tem um papel de relevância como condição necessária ao desenvolvimento econômico sustentável. A mão de obra barata disponível no Brasil seria um grande diferencial a ser aproveitado nessa estratégia (MOLLO e AMADO, 2015).

Na teoria novo-desenvolvimentista o setor econômico que deve ter prioridade no foco das políticas é o setor industrial, entretanto, para os autores dessa corrente o setor industrial brasileiro já está devidamente consolidado, não necessitando de políticas protecionistas, logo a ação do Estado deve ser no sentido de garantir uma taxa de câmbio⁵ competitiva para estimular as exportações. Nesse sentido, Oreiro (2016, p. 149) atribui a estratégia novo-desenvolvimentismo como sendo *export led*, numa Macroeconomia Desenvolvimentista. Segundo esse autor, necessita-se de uma política macroeconômica

³ Além de Bresser-Pereira, podemos citar Gala, Nakano, Oreiro e Marconi como autores defensores dessa corrente desenvolvimentista.

⁴ É essa característica que o diferencia basicamente do desenvolvimentismo das décadas de 1950/1960, quando o foco era o mercado interno

⁵ Em Macroeconomia do desenvolvimento, Oreiro (2016, p. 147) defende que a taxa de câmbio competitiva deve ser perseguida através de política de controle de capitais. A política monetária teria apenas um papel coadjuvante para administrar a taxa nominal de câmbio.

cuja centralidade seja a obter uma taxa real de câmbio competitiva, promovendo assim a ampliação da exportação de produtos manufaturados.

Figura 1 - Estratégia macroeconômica novo-desenvolvimentista



Fonte: elaborado pelos autores a partir de Oreiro (2016).

A política cambial ativa deverá ser acompanhada de uma política fiscal que vise eliminar o déficit público, contudo que permita a ampliação sustentável dos investimentos. A política salarial deverá crescer acompanhando o crescimento da produtividade, auxiliando a manutenção da taxa real de câmbio de equilíbrio, pois a não observância dessa regra provocaria uma apreciação da taxa real de câmbio, fato indesejado para o sucesso do regime *export-led*. Por fim, uma política fiscal responsável juntamente com um aumento salarial respeitando o crescimento da produtividade promoveria um ambiente de inflação baixa e controlada viabilizando uma manutenção baixa da taxa de juros. **Figura 1.**

Segundo está corrente, a administração da política cambial no sentido de obter uma taxa de câmbio competitiva para a indústria teria os seguintes objetivos: evitar o problema da doença holandesa, conter a pressão salarial nos custos das empresas e estimular as exportações de produtos manufaturados. Ela defende também que haja uma taxa de câmbio diferente para os setores exportadores de matérias primas (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2016).

Com respeito às questões sociais, está corrente não aparenta ter um consenso, no entanto, os autores (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2016) consideram

que o novo-desenvolvimentismo é uma estratégia de desenvolvimento social ao se preocupar a redução das desigualdades. A redução dos salários é necessária no curto prazo, contudo em virtude dos ganhos de renda, nos médio e longo prazos, os salários aumentariam a um nível ainda mais alto do que aquele observado antes de sua redução.

2.2 O novo-desenvolvimentismo pós-keynesiano

O novo-desenvolvimentismo pós-keynesiano surge como uma proposta de prescrição de política econômica diferenciada. Além de priorizar o mercado externo, foca sua atenção na política de controle de capitais – quando a economia for aberta (MOLLO e AMADO, 2015). Essa corrente desenvolvimentista tem como variável-chave a taxa de juros, e a manutenção dela em níveis baixos viabilizaria o *funding* do investimento e o *finance motive*. Esta corrente busca a melhoria nas contas públicas e o controle da entrada de capitais especulativos. Com respeito à distribuição de renda, os pós-keynesianos preocupam-se com medidas que elevam o nível da demanda agregada ao criar um ambiente estável, com menos incerteza para os investimentos produtivos (MOLLO e AMADO, 2015). Desta forma, preocupam-se mais com a estabilidade macroeconômica do que com a estabilidade dos preços. Não fazem menção, como bem colocado por Mollo e Amado (2015), ao aumento da demanda interna, pois o foco é dado, como já mencionado, ao comércio exterior, contudo, diferentemente dos precursores, o protecionismo é dado à conta de capitais.

2.3 O social-desenvolvimentismo

O social-desenvolvimentismo é a única das três correntes que dá um lugar de destaque às políticas de distribuição de renda, pois sua variável-chave de promoção do desenvolvimento econômico é o estímulo ao mercado interno. Mollo e Amado (2015) vêm proximidade dessa corrente com o marxismo dado o interesse no aumento dos salários e às políticas sociais orientadas pelo Estado.

A proposta social-desenvolvimentista adotada no Brasil pode ser dividida em 3 áreas : a social, a produtiva e a macroeconômica. A área social visa promover a inclusão social, bem como a desconcentração de renda. Quanto à macroeconômica, esta deveria assegurar a estabilidade macroeconômica, porém mantendo foco nas questões distributivas de renda. Com relação ao campo produtivo, este é composto por duas

subáreas: uma área com três estratégias de expansão e outra por dois potencializadores (BIELSCHOWSKY, 2015). As três estratégias ou frentes de expansão são: i) crescimento com redistribuição de renda por produção e consumo de massas; ii) investimento em infraestrutura social e econômica e; iii) atividades intensivas em recursos naturais. Para garantir sustentabilidade ao projeto, as três estratégias de expansão seriam potencializadas por: encadeamentos industriais para frente e para trás e; investimento em educação, C&T e inovação (BIELSCHOWSKY, 2015).

A expansão do mercado de massa ocorreria quando a renda per capita permitisse que a população consumisse acima das suas necessidades básicas, ou seja, alimentação, habitação, vestuário etc. Dessa forma, seria necessário fazer com que novos bens de consumo fossem incorporados na cesta das famílias de baixa renda. Para isso, seria de suma importância a estabilidade relativa dos preços e a produção de bens industriais (BIELSCHOWSKY, 2015).

Figura 2 - Lógica do círculo virtuoso do social-desenvolvimentismo



Fonte: CORRÊA (2015). Elaboração própria.

O círculo virtuoso - **Figura 2** - dessa estratégia desenvolvimentista se daria da seguinte forma: o aumento da massa salarial tendo como alicerces a estabilidade do emprego formal e a democratização do crédito para o consumo aumentaria os investimentos⁶. Dessa forma haveria uma intensa troca de estímulos entre salários e investimentos. Essa troca estimularia a introdução de novas técnicas produtivas, aumentando assim a produtividade. Os ganhos de produtividade dariam espaço para

⁶ O crédito para o consumo é importante para estimular a aquisição de bens duráveis, pois estes é que fazem aumentar os investimentos em formação bruta de capital fixo, importante indicador para a industrialização do país. Adicionalmente, com vistas a ampliar a taxa de investimento, em 2007, início do segundo mandato do presidente Lula, é lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

aumentar os salários, portanto estes não deveriam crescer mais que a economia. O círculo virtuoso se completaria com expansão da produção e do consumo de massas.

Para o social-desenvolvimentismo, políticas de desvalorização cambial, em contraponto com a corrente novo-desenvolvimentista precursora, devem ser vistas com bastante cautela, pois esta promoveria uma redução relativa dos salários ao pressionar a inflação desestimulando o consumo no mercado interno. Em linhas gerais, até aqui temos apresentado as principais correntes do pensamento novo-desenvolvimentismo.

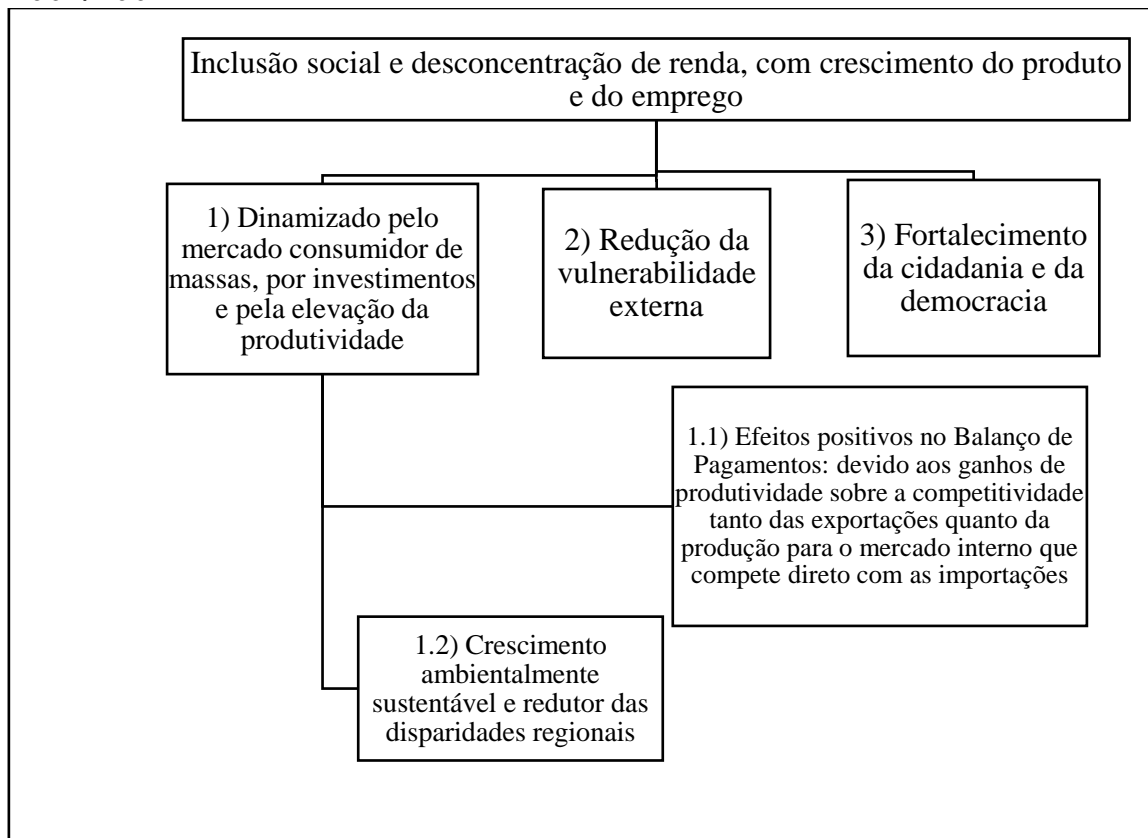
3. Contextualização da economia brasileira no período 2003-2014.

Nesta seção, analisaremos alguns indicadores da economia brasileira e os Planos Plurianuais (PPAs) de 2004 a 2015 como forma de avaliar o desempenho da política novo-desenvolvimentista (social-desenvolvimentismo) adotada no período em estudo. No período estudado, houve três PPAs, isto é, o PPA 2004/2007 (Lula – I), PPA 2008/2011 (Lula – II) e PPA 2012/2015 (Dilma – I). Entretanto, o único cuja estratégia de desenvolvimento é explicitamente enfatizada no consumo de massa é o PPA do primeiro governo Lula. Seu segundo governo foi marcado por uma estratégia de desenvolvimento em que o Estado esteve mais presente na condução dos investimentos através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Com respeito ao PPA do governo Dilma I, Barbosa (2013) considera que seu governo foi marcado por uma estratégia cujo principal objetivo era elevar os ganhos de produtividade pelo lado real da economia, logo priorizou a desoneração de tributos, redução da taxa de juros, elevação dos investimentos e redução da vulnerabilidade externa ao desvalorizar a taxa de câmbio.

O PPA 2004/2007 prevê uma estratégia de longo prazo centrada na promoção da inclusão social e desconcentração de renda com crescimento do produto e do emprego, dinamizado pelo mercado consumidor de massas, por investimentos e pela elevação da produtividade. A Figura 3 mostra a lógica da do PPA 2004/2007 salientando os mecanismos dinâmicos que estão envolvidos no processo de desenvolvimento. Com respeito ao estímulo ao consumo, o PPA 2004/2007 encontra diferentes pontos relevantes que pretendiam: a) promover o aumento da oferta e reduzir os preços dos bens e serviços de consumo popular; b) reduzir os impostos sobre a cesta de consumo popular; c) reduzir a taxa de juros e ampliar as fontes de financiamento para o investimento, a produção e o consumo; d) coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade; e) fortalecimento do mercado interno; e f) reduzir o grau de oligopólio. A

continuação, será apresentado o desempenho dos principais indicadores econômicos do período de estudo.

Figura 3 - Lógica da estratégia de desenvolvimento segundo PPA 2004/2007



Fonte: PPA 2004/2007. Elaboração própria.

3.1 Fatos estilizados da economia brasileira no período de 2003-2014

Ao focar na estratégia do consumo de massas, apresentaremos a evolução de alguns dos indicadores de desempenho da economia, como forma de analisar a tendência de desenvolvimento. Muitos autores, entre eles Filgueiras e Gonçalves (2007), Carneiro (2012), Carvalho (2018), etc, discorrem sobre se comportamento da economia nesse período pode ser caracterizado como um processo de desenvolvimento efetivo. Este questionamento não é objeto de estudo deste artigo, mas podemos esboçar alguns lineamentos que caracterizaram o Brasil no período e que contribuiriam para a tendência de desenvolvimento: i) um contexto internacional favorável com crescimento mundial que repercute positivamente no país com aumento do PIB, do comércio e dos preços internacionais dos *commodities*; ii) melhoria da vulnerabilidade externa como

decorrência dessa situação de “bonança” internacional; iii) melhora dos indicadores sociais e redução da pobreza extrema, entre outros. Assim, observa-se na Tabela 1 os principais indicadores de desempenho da evolução da economia para alguns anos selecionados

Tabela 1 – Brasil: indicadores do PIB, investimento e inflação – vários anos

VARIÁVEIS	2002	2009	2011	2014
VARIAÇÃO NOMINAL DO PIB (%)	2,7	-0,1	4,0	0,5
TAXA DE INVESTIMENTO (%)	18,0	19,1	20,6	18,0
ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (%)	12,5	4,3	5,8	6,4

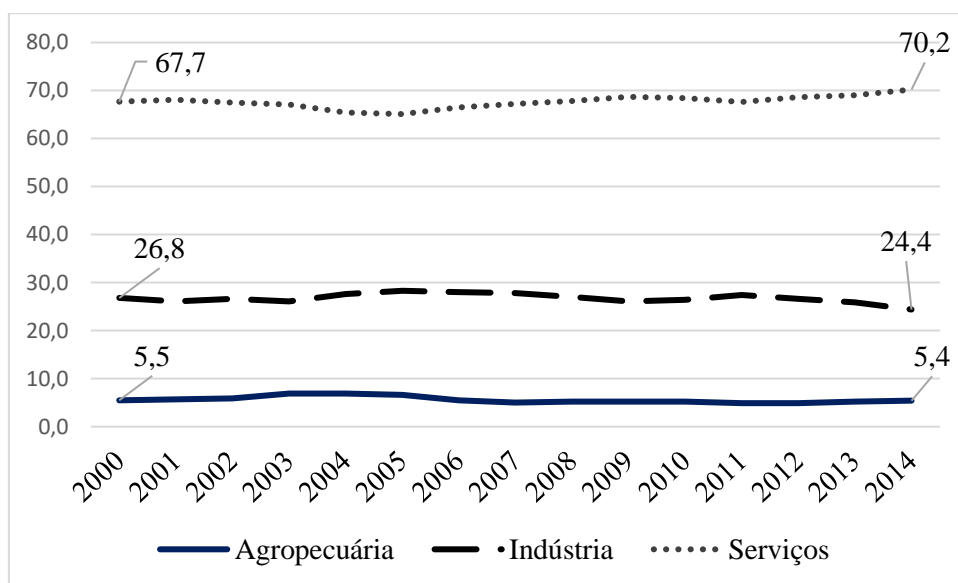
Fonte: contas nacionais, IBGE, 2019.

No período de 2003 a 2008 o Brasil apresentou, em virtude dos ajustes macroeconômicos, apenas crescimentos do PIB do tipo *stop and go* com uma queda abrupta observada em 2009 em função da crise internacional de 2008. Alguns autores pesquisados, como Filgueiras (2017) nomeiam esse tipo de crescimento como “voo da galinha”. O comportamento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no período de 2001 – 2014 reflete a oscilação do PIB. Até 2008 a FBCF apresenta crescimento constante do seu componente máquinas e equipamentos e veículos e decréscimo da componente construção (Contas Nacionais, IBGE, 2019). Em certa medida, a incerteza dos agentes econômicos em função da crise global de 2008 e o PIB negativo de 2009 fizeram com que o componente máquinas e equipamentos recuassem na FBCF. Este fenômeno repercute na estrutura produtiva, na qual a indústria perde peso na contribuição ao PIB e ganham espaço os serviços como mostra o Gráfico 1. Existe um grande debate, nesse período, com relação a se o Brasil estaria vivenciando um processo de desindustrialização ou não [OREIRO & FEIJO (2010); TREGENA (2009), ect.]. Esse debate ainda permanece, mas sim podemos afirmar que a indústria perde na contribuição ao PIB questionando toda possibilidade de encadeamentos para frente e para trás assim como os impactos da estratégia de desenvolvimento.

Com relação ao mercado de trabalho pode ser observado que a evolução da taxa de desemprego teve uma tendência a queda no período. Brasil fechou o ano de 2002 com uma taxa de desemprego de 11,7%. Em 2003, a taxa média de desemprego foi de 12,3%, contudo o governo de Lula finalizou o seu mandato de 2010 com uma taxa média no ano de 6,7%. No próximo governo de Dilma conseguiu diminuir ainda mais essa taxa com

um nível de 4,8%, o menor da série. A manutenção da taxa de desemprego em níveis baixos, pode ser explicada em partes pelas políticas e programas de governo adotados como resposta à crise internacional de 2008 (Pnad Contínua e Brasil Fatos e Dados - 2014).

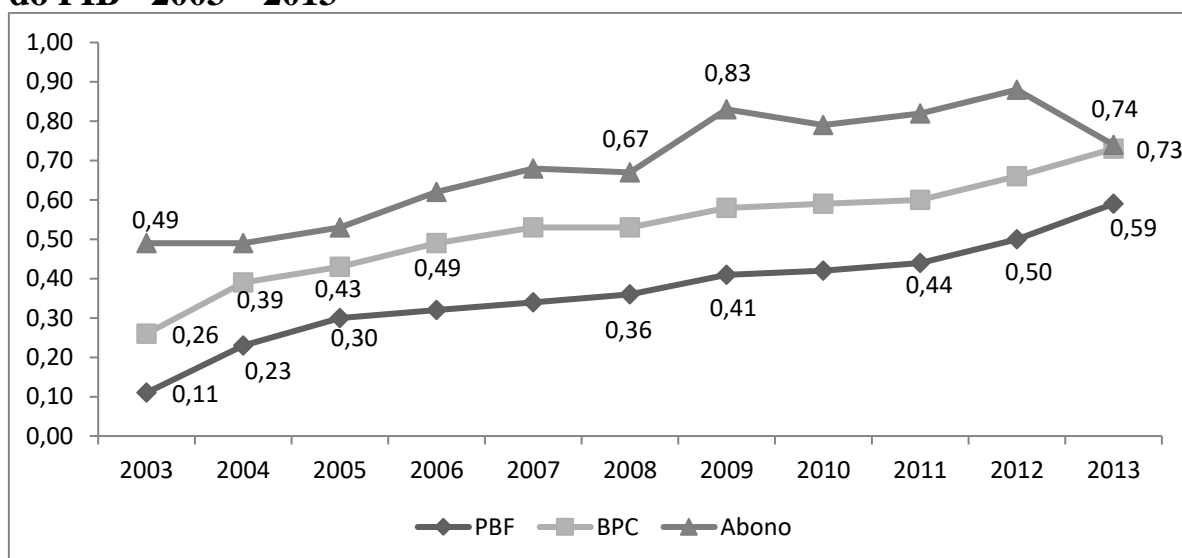
Gráfico 1–Brasil: participação dos setores econômicos no valor adicionado bruto (%)



Fonte: elaborado pelos autores com dados do IBGE – contas nacionais, 2019.

No campo social, a estratégia desenvolvimentista no período tinha como objetivo “universalizar e institucionalizar os direitos da cidadania, realizar a inclusão social dos menos favorecidos da população e melhorar a distribuição de renda” (BIELSCHOWSKI, 2015, p.10). Logo, deu-se especial importância aos programas de proteção social, sobretudo o Programa Bolsa Família (PBF), como forma de proporcionar melhor redistribuição de renda, reduzir a pobreza e ampliar o consumo das famílias mais pobres. O PBF apresentou um crescimento anual de 16,49%, ao passar de 0,11% para 0,59% do PIB, enquanto que os Benefícios de Proteção Continuada (BPC) cresceram 9,84% a.a. e o Abono e Seguro Desemprego apenas 3,81% a.a. como proporção do PIB, como mostra o Gráfico 2. Com efeito, considerando todo o período de 2003/2013, o PBF se expandiu 436,3%, principalmente devido à ampliação da base de famílias beneficiadas do que dos valores pagos.

Gráfico 2 - Componentes do Programa de Proteção Social anual em % do PIB - 2003 – 2013*



Fonte: elaborado pelos autores com base em Moura e Barros (2013).

*Até maio/2013.

A partir de 2003, o Brasil começa a discutir um novo modelo de desenvolvimento e a variável-chave era o consumo interno sustentado pela ampliação da massa salarial (BIELSCHOWSKI, 2015). O desenvolvimentismo do governo Lula, foi baseado em três frentes de ação: i) Medidas fiscais e monetárias de perfil temporário visando estimular o crescimento econômico e elevar o potencial produtivo da economia; ii) Recuperação do investimento público com a volta do papel do Estado no planejamento e direcionamento desses investimentos; e iii) Aceleração do desenvolvimento social através de políticas de elevação do salário mínimo e do aumento das transferências de renda (BARBOSA e SOUZA, 2009).

Nesse sentido, todos os esforços centralizados em políticas de transferência de renda tinham como objetivo a diminuição das desigualdades sociais, a qual pode ser corroborada através da queda observada no Índice de Gini (2004-2015) que passa de um valor de 0,555 em 2004 para 0,491 em 2015. Pode-se relacionar este fenômeno aos programas de transferências de renda que contribuíram para diminuir as desigualdades:

A evolução do emprego formal, a ampliação dos programas sociais e o avanço, mesmo que tímido, das aposentadorias privadas e públicas foram fatores que contribuíram para a expansão do crédito ao consumo. Nesse sentido, concomitantemente à expansão do crédito foi desprendido um esforço das instituições financeiras para ampliar o acesso a contas bancárias e a instrumentos de crédito à população. O processo de ‘bancarização’ que teve início ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 2001, permitiu

além de acesso ao crédito, que a população marginalizada financeiramente pudesse proteger seu capital dos efeitos inflacionários. Como reflexo do crescimento do crédito consignado, do crédito direto ao consumidor (CDC) etc. diversos setores da economia foram estimulados, sobretudo a indústria automobilística, apresentando resultados de produção e vendas expressivos, principalmente nos anos do governo Lula. Tão importante quanto estimular o consumo das famílias seria garantir que esse consumo fosse atendido pela indústria nacional, através dos ganhos de produtividade e competitividade diante da concorrência dos produtos importados.

A próxima variável a ser analisada é o investimento em P&D visto que para a estratégia centrada no consumo de massas os ganhos de produtividade permitam a economia responder de forma sustentada às elevações do custo da mão de obra. A produtividade é, na estratégia social-desenvolvimentista, uma variável indispensável para que os salários e o consumo continuem crescendo de forma sustentável. Várias foram as iniciativas em ambos governos no sentido de estimular a indústria nacional, a pesquisa e a inovação, e, por conseguinte aumentar a produtividade. Dentre elas pode-se citar: a) 2003 - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE); b) 2004 - Lei da Inovação; c) 2005 - Lei do Bem; d) 2007 - Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e) 2008 - Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP); f) 2010 - Plano Brasil Maior (PBM); g) 2011 - Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI); h) 2012 - Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI); i) 2013 - Plano Inova Empresa; e i) Programas de subvenção econômica da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

A título de exemplo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa de Desenvolvimento Produtivo (PDP) contemplavam uma série de desonerações tributárias objetivando incentivar o investimento privado e desenvolver o mercado de consumo de massas. A combinação das desonerações advindas desses dois programas beneficiou sobremaneira o setor de construção pesada associado à infraestrutura, setores de maior intensidade tecnológica, como produção de computadores, semicondutores e equipamentos de TV digital (BARBOSA e SOUZA, 2009). A partir de 2007, ano de lançamento do PAC, e de forma mais intensa, a partir de 2008, ano de lançamento do PDP pode-se evidenciar uma variação positiva dos gastos públicos, em contraste, os investimentos do setor privado permanecem praticamente constantes ao longo do período analisado. Apesar do crescimento dos investimentos totais em P&D, e dos esforços do governo com seus programas de infraestrutura e políticas

industriais, a indústria de transformação apresentou produtividade negativa no período de 2004 a 2012 (-14,73%)⁷, construção civil (-16,87%), atividades imobiliárias e aluguéis (-13,11). Entre os setores que apresentaram crescimento de produtividade estão os relacionados a atividades do setor primário da economia: agropecuária (34,62%) e extrativismo mineral (7,42%). Vale ressaltar o expressivo crescimento da produtividade dos setores relacionados a serviços financeiros (37,11%) e produção e distribuição de energia elétrica, gás e água (49,35%), ver **Tabela 2**.

Tabela 1 - Produtividade setorial relativa, Brasil – 2004 – 2012

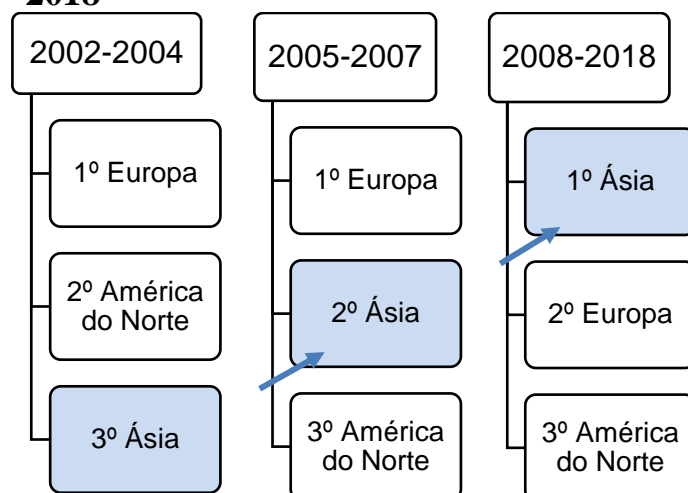
Setores selecionados	2004 (%)	2008 (%)	2012 (%)	Δ% 2008/2004	Δ% 2012/2008	Δ% 2012/2004
Agropecuária - total	0,26	0,31	0,35	19,23	12,90	34,62
Extrativa mineral	12,94	13,64	13,90	5,41	1,91	7,42
Indústria de transformação	1,29	1,14	1,10	-11,63	-3,51	-14,73
Construção civil	0,83	0,75	0,69	-9,64	-8,00	-16,87
Prod. e dist. de energia elétrica, gás e água	6,93	6,79	10,35	-2,02	52,43	49,35
Interm. financ., seg., prev. comp., serv. relacionados	4,85	6,35	6,65	30,93	4,72	37,11
Atividades imobiliárias e aluguéis	14,17	12,28	12,27	-13,34	-0,08	-13,41

Fonte: elaborado pelos autores com dados de Bonelli (2014).

A queda da produtividade na indústria vem reforçar o desempenho medíocre da indústria como participação do PIB pode-se levantar dois questionamentos: i) o aumento do consumo das famílias foi, em certa medida, atendido pela indústria de outros países, mormente da China nosso principal sócio comercial; e ii) o aumento da produtividade da indústria extrativas pode ser um sinal de reprimarização da economia, tendo como forma de inserção internacional do país as exportações de *commodities*. Assim, a partir de 2003 as importações da Ásia (China, Hong Kong e Macau) começaram a figurar timidamente no total FOB importado pelo Brasil, ganhando espaço na pauta importadora brasileira de forma expressiva a partir de 2005. Considerando os três principais blocos mundiais de países dos quais o Brasil importa tem-se na **Figura 3** o seguinte *ranking* em volume FOB (\$) como proporção total do volume FOB (\$) importado.

⁷ “O câmbio apreciado tem conspirado a favor do consumo de massas em um contexto em que a produtividade industrial não avança” (KERSTENETZKY, 2016, p. 5)

Figura 3 - Importações do Brasil: ranking dos blocos dos principais países - 2002 – 2018



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Elaboração própria.

Contudo, à medida que a China se mostra um grande concorrente no que diz respeito aos produtos industrializados, ela é uma grande parceira comercial no que se refere ao consumo de produtos primários, sobretudo do setor extrativista mineral: soja, óleo bruto de petróleo e minério de ferro representaram em 2014 quase 83% da pauta exportadora do Brasil tinha como destino China (CORRÊA, 2015). Após a análise do desempenho de alguns indicadores da economia brasileira, a próxima seção analisar-se-á o comportamento do consumo das famílias.

4. A estratégia do consumo de massas: um olhar dos dados

O desempenho do consumo das famílias pode ser analisado basicamente sob duas óticas, obtendo-se resultados diferentes: *i*) consumo das famílias como proporção do PIB e *ii*) consumo das famílias em valor absoluto nominal ou real. Como proporção do PIB observa-se um processo de queda no consumo das famílias já no início dos anos 2000 intensificando essa trajetória praticamente durante todo o governo Lula, só retomando uma tendência altista de forma mais robusta a partir do primeiro ano governo Dilma I (SCHINCARIOL, 2017). Dentre os dez mais baixos consumos observados na **Tabela 3**, sete estão no governo Lula (anos de 2003 a 2008, e 2010); em contraste, os anos em que houve uma maior participação da indústria no PIB foram praticamente os mesmos anos em que houve baixo consumo das famílias (de 2003 a 2008, e de 2010 a 2011), logo se observa nesse período: produção alta e consumo baixo como proporção do PIB. Nota-se ainda que a “FBCF + variação de estoques” apresenta seus níveis mais

baixos no período de 2003 a 2006, guardando certo grau de coerência entre produção alta e baixo consumo das famílias observados no mesmo período. A partir de 2007, os investimentos em FBCF e em estoques retomam um comportamento altista, mantendo essa tendência com poucas oscilações até o último ano do primeiro governo Dilma.

Tabela 2 - Consumo das famílias, FBCF e Participação da indústria como % do PIB – Brasil – 2000 - 2016

ANO	Participação Indústria	Consumo das famílias	FBCF + var. de estoques
2000	26,70	64,60	18,90
2001	26,60	64,10	18,70
2002	26,40	61,90	17,40
2003	27,00	61,80	16,90
2004	28,60	60,20	17,90
2005	28,50	60,50	17,20
2006	27,70	60,40	17,80
2007	27,10	59,90	19,80
2008	27,30	59,70	21,60
2009	25,60	62,00	18,80
2010	27,40	60,20	21,80
2011	27,20	60,30	21,80
2012	26,00	61,40	21,40
2013	24,90	61,70	21,70
2014	23,80	63,00	20,50
2015	22,30	63,80	17,60
2016	21,20	64,00	15,40

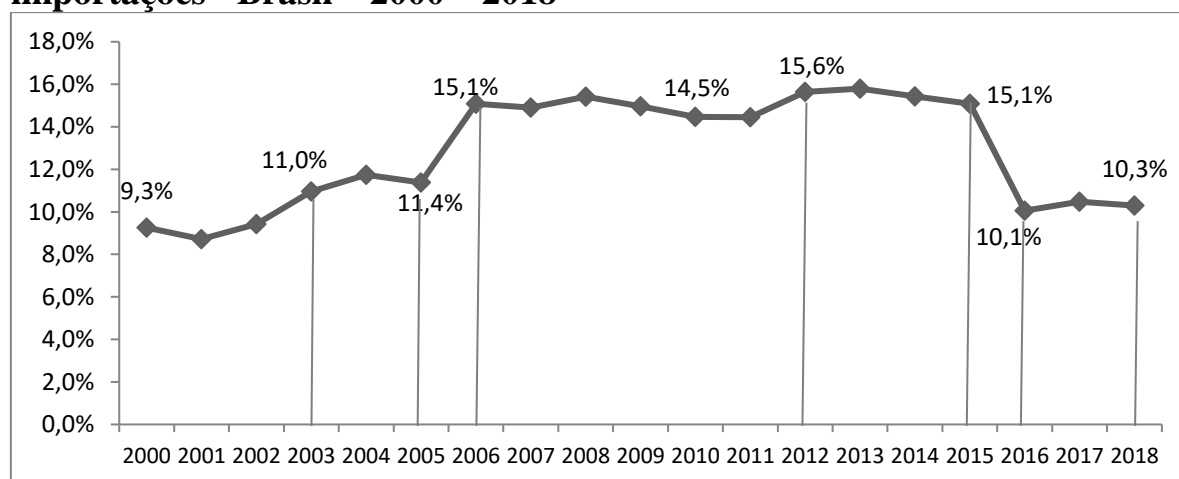
Fonte: elaborado pelos autores. Indicadores IBGE, contas nacionais trimestrais, 4º tri/2016..

Algumas considerações podem ser feitas a respeito do baixo consumo das famílias como proporção do PIB durante maior parte do governo Lula: *i)* pode ter sido um dos fatores que ajudaram a manter os preços sobre controle; *ii)* intensificou-se, a partir de 2003, a importação de produtos classificados como bens de consumo – **Gráfico 4** –, permanecendo em níveis altos até 2015, explicando, em partes, uma possível dificuldade de ajuste da produção da indústria brasileira frente à concorrência internacional⁸; e *iii)* a estratégia social-desenvolvimentista, pode não ter sido eficiente uma vez que não conseguiu elevar o consumo das famílias como proporção do PIB assim como promoveu desestímulo à produção nacional.

⁸ Segundo Medeiros (2015), o índice de penetração de importados passou de 12,4% em 2002, para 17,03% em 2009. A taxa de crescimento média das importações no período de 2004 a 2010 foi de 14,81%.

As mudanças no perfil do consumo em virtude das transformações dos preços relativos, da distribuição de renda, mormente relacionadas às modificações na estrutura dos salários, da ampliação do crédito, do aumento dos gastos públicos não foram acompanhadas de uma mudança na estrutura produtiva interna logo, a modernização dos padrões de consumo teve que ser realizada por meio das importações (MEDEIROS, 2015).

Gráfico 4 - Importação de bens de consumo como proporção do total de importações - Brasil – 2000 – 2018



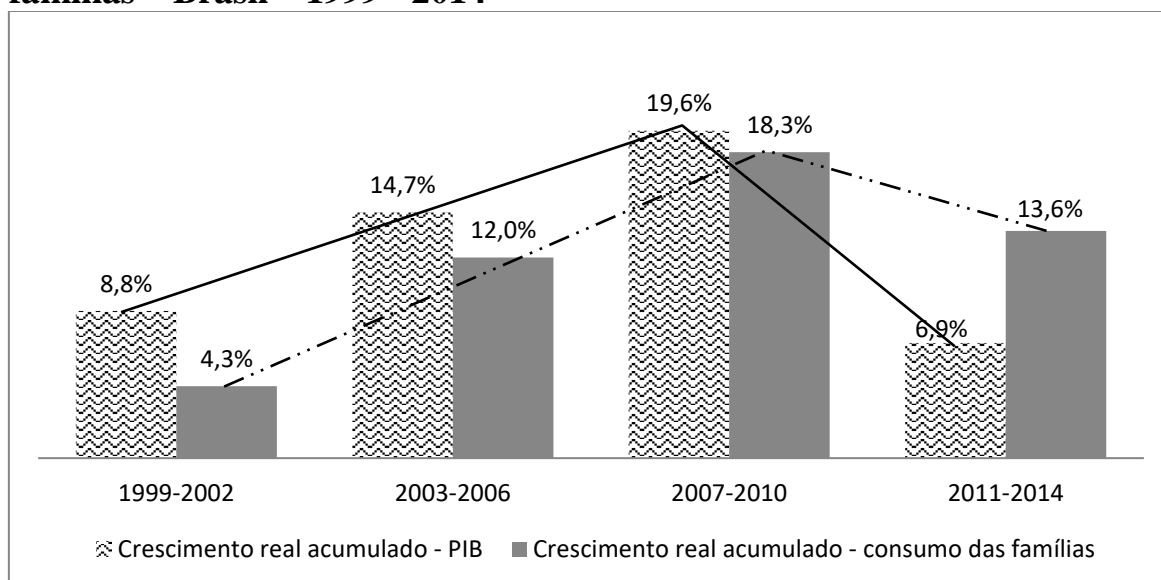
Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Séries históricas. Elaboração própria.

Enquanto o crescimento do consumo relativo ao PIB não cresceu de forma homogênea, em valor absoluto pode-se observar um crescimento mais sustentado. Ao longo dos governos Lula nota-se que o consumo das famílias cresce de forma sustentada muito próximo ao crescimento do PIB, mas nunca acima dele: a distância, ou o *gap*, entre crescimento do PIB e consumo das famílias diminui ao longo da série analisada: 2,7 p.p. (LULA I), 1,3 p.p. (LULA II). Pode-se interpretar esse comportamento, sob a ótica da demanda, como que existe mais disponibilidade de bens e serviços que não estão sendo consumidos à medida que cresce a produção, logo a renda maior que o consumo abre espaço para geração de poupança ($Y > C = S$) e, por conseguinte, possibilidade de se ampliar as taxas de investimento, ver **Gráfico 5**, (LOPES, 2014).

Contudo, no período do governo de Dilma Rousseff (2011/2014), a relação se inverte e o consumo acumulado das famílias cresce 6,7 p.p acima do crescimento acumulado do PIB ($Y < C$). Além de ter adotado medidas anticíclicas em um momento pró-cíclico, o governo Dilma incentivou ainda mais o consumo, sem conseguir estimular o aumento correspondente da produção, resultando em ampliação das importações –

deterioração do balanço de pagamentos e endividamento das famílias sem o crescimento da renda (LOPES, 2014).

Gráfico 5 - Crescimento real acumulado do PIB e do consumo das famílias – Brasil – 1999 - 2014



Fonte: Lopes (2014). Elaboração própria.

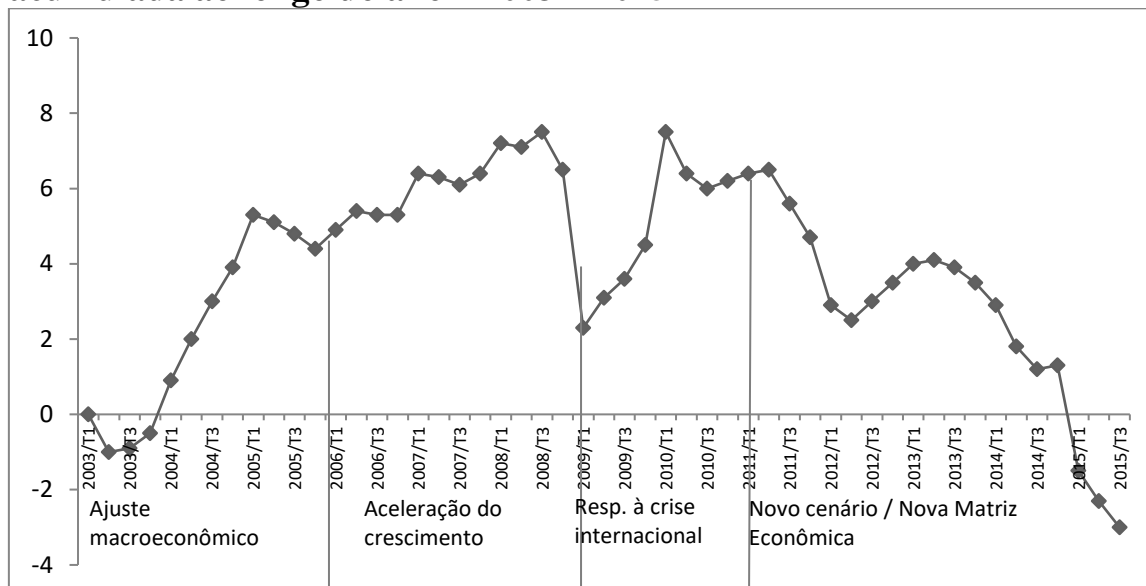
Sob a perspectiva do valor absoluto, o consumo das famílias apresentou trajetória de ascensão até final de 2008, perdeu força no 1º trimestre de 2009 e voltou a crescer a partir do 2º trimestre do mesmo ano. A partir do 3º trimestre de 2011 o consumo começa a entrar em trajetória de queda e mantém-se assim até o final da série, ver **Gráfico 6**. Dado o formato em “U” invertido do gráfico pode-se inferir que o modelo de desenvolvimento adotado, isto é, lastreado na dinamização do mercado de consumo de massa, foi insustentável ao longo da série analisada, fazendo com que em 2015 o consumo das famílias regredisse a níveis inclusive mais baixos do que o verificado no ano 2003. Assim, a estratégia do consumo de massas foi influenciada por outros fatores como por exemplo, a política de ajuste salarial⁹, a infraestrutura social¹⁰, o programa Minha Casa

⁹ O rendimento médio mensal real em 2004 era de R\$ 922,00, com grande disparidade entre as regiões do país. A região mais pobre (NE) apresentava uma renda média mensal real de todos os trabalhos de R\$ 570,00 e a mais rica, a Sudeste, de R\$ 1.072,00. A diferença de renda entre essas duas regiões reduziu-se consideravelmente em 2009. A região NE passou a apresentar uma renda média mensal real de R\$ 734,00 e a SE de R\$ 1.255,00, isto é, a renda da região Nordeste cresceu em termos relativos mais que a renda média real da região Sudeste.

¹⁰ É o conjunto de bens e serviços disponíveis à comunidade para que ela possa funcionar em condições de se desenvolver. em 2004 apenas 82% das residências tinham rede geral de abastecimento de água e 96,8% possuíam iluminação elétrica, com 18,7% da população vivendo na zona rural. Em 2011 a urbanização avançou, diminuindo assim para 13,8% a população que vivia na zona rural. Seguiram-se então uma expansão no abastecimento de água beneficiando 94,1% dos domicílios e iluminação elétrica para 99,32%, (Pnad, 2011)

Minha Vida¹¹ no ano de 2009, que visava suprir o vasto déficit habitacional do país, entre outros.

Gráfico 1 - Despesa de Consumo das Famílias, variação em volume, taxa acumulada ao longo do ano – 2003 – 2015*



Fonte: elaborado pelos autores com dados IBGE – Séries temporais vários anos.

*Cortes históricos seguindo trabalho de Oreiro.

Vale salientar que modernizar o padrão de consumo significa fazer com haja diversificação na cesta de consumo, adquirindo-se menos produtos básicos e cada vez mais bens e serviços considerados de luxo (BIELSCHOWSKY, 2015). Entretanto, o que se observa é que esse grupo de famílias (de até 3 salários mínimos), não consegue, segundo a definição de Bielschowsky (2015), modernizar seu padrão de consumo de forma consistente. Deste modo, a apropriação do consumo é efetivamente realizada pelas famílias que recebem entre 3 e 5 SM e 5 e 10 SM. Os dados de consumo dessas duas faixas salariais indicam que mesmo com uma queda na quantidade de famílias que recebem de 5 a 10 SM seu consumo ainda assim permanece elevado e “sofisticado”, sendo puxado principalmente pelas famílias que recebem entre 3 e 5 SM. Destarte, o ponto de inflexão em que acontece a modernização do consumo está na faixa salarial de 3 a 5 SM (MEDEIROS, 2015).

A principal mudança na estrutura do consumo popular pode ser observada no declínio do peso da alimentação no orçamento das famílias. A redução de 4,8% nos gastos com alimentação verificados na **Tabela 4**, é um sinal de que houve elevação no nível da

¹¹ Ao aumentar a quantidade de lares com poder aquisitivo fortaleceu-se sobremaneira o mercado consumidor interno. Paralelamente à expansão habitacional, foi lançado o programa Minha Casa Melhor, linha de crédito de até R\$ 5.000,00 por mutuário para aquisição de móveis e eletrodomésticos

renda, disponibilizando dessa forma recursos para diversificação do consumo. O preço da cesta básica em termos de salário mínimo sofreu queda expressiva ao longo da década de 2000. Em 2002 o salário mínimo comprava 1,4 cestas básicas e, em 2009, 1,9. Adicionalmente, a valorização cambial também ajudou a acomodar os preços dos alimentos, que com o aumento do SM em termos reais impulsionou ainda mais o consumo de alimentos fora de casa, promovendo também uma maior diversificação na oferta de alimentos. Nota-se ainda um crescimento da participação dos gastos em assistência à saúde, higiene e cuidados pessoais e transportes (MEDEIROS, 2015).

Tabela 3 - Evolução da participação na despesa de consumo (2002/2003 – 2008/2009)

Itens	2002-2003	2008-2009	Δ %
Alimentação	20,8%	19,8%	-4,8%
Habitação	35,5%	35,9%	1,1%
Vestuário	5,7%	5,5%	-3,5%
Transporte	18,4%	19,6%	6,5%
Higiene e cuidados pessoais	2,2%	2,4%	9,1%
Assistência à saúde	6,5%	7,2%	10,8%
Educação	4,1%	3,0%	-26,8%
Recreação e cultura	2,4%	2,0%	-16,7%
Fumo	0,7%	0,5%	-28,6%
Serviços pessoais	1,0%	1,1%	10,0%
Despesas diversas	2,8%	2,9%	3,6%
Total	100,0%	100,0%	

Fonte: Medeiros (2015).

Para além da expansão do principal bem de consumo durável – habitação – ocorrido nessa última década, a presença de eletrodomésticos nos domicílios brasileiros apresentou uma evolução igualmente expressiva, com destaques para telefones celulares, computadores e computadores com acesso à internet. Os seis principais bens duráveis presentes nos domicílios em 2004 sofreram algumas variações percentuais modificando timidamente a sua ordem de importância nos domicílios em 2011. Dentro desses seis itens destaca-se a redução do rádio (-4,9%) e a elevação expressiva das residências com telefone (29,3%). Em 2008 o automóvel estava presente em 36,4% das residências, cresceu apenas 1,1 p.p. em 2009, indo para 37,5%.

A expansão do consumo se deu, sobretudo, no item telefone celular que em 2004 ocupava a 12ª posição da lista, passando à 8ª posição em 2011, com uma variação positiva de 149,7%; microcomputador que era o 13º colocado em 2004, passou para o 11º em 2011, com um aumento de 112,9% e; microcomputador com acesso à internet que em 2004 era o 15º, passando à 12ª posição em 2011, com um aumento de 124,6%; o item

motocicleta cresceu 10,2% de 2008 para 2009, estando presente majoritariamente nos domicílios da zona rural. Destaca-se a redução do consumo de telefones fixos convencionais e *freezers*, ver **Tabela 5**.

Tabela 4 - Relação de bens duráveis presente nos domicílios – Brasil – 2004 - 2011

Bens duráveis		2004	Bens duráveis		2011	Δ % 2004/2011
1º	Fogão	97,4%	1º	Fogão	98,6%	1,2%
2º	TV	90,3%	2º	TV	96,8%	7,3%
3º	Rádio	87,7%	3º	Geladeira	95,7%	9,7%
4º	Geladeira	87,3%	4º	Telefone	89,8%	37,8%
5º	Telefone	65,2%	5º	Rádio	83,4%	-4,9%
6º	Filtro d'água	51,3%	6º	Filtro d'água	53,2%	3,7%
7º	Automóvel*	36,4%	7º	Maq. de lavar roupa	50,9%	48,6%
8º	Maq. de lavar roupa	34,3%	8º	Só celular	49,7%	201,4%
9º	Celular + fixo	31,2%	9º	Computador	42,9%	163,3%
10º	Só fixo convencional	17,5%	10º	Automóvel*	37,5%	3,0%
11º	Freezer	17,1%	11º	Celular + fixo	36,6%	17,6%
12º	Só celular	16,5%	12º	Computador c/internet	36,5%	199,4%
13º	Computador	16,3%	13º	Freezer	16,4%	-3,9%
14º	Motocicleta*	14,7%	14º	Motocicleta*	16,2%	10,2%
15º	Computador c/internet	12,2%	15º	Só fixo convencional	3,4%	-80,2%

Fonte: Pnad 2009 – IBGE. Elaboração própria.

*Só a partir do ano de 2008 que o IBGE passou a investigar a existência de veículos automotores e motocicletas nas residências.

Resgatando a crítica furtadiana sobre o consumo conspícuo da população das economias subdesenvolvidas, Medeiros (2015) lembra que no Brasil houve uma precária difusão do Estado de bem-estar e uma tardia e frágil expansão da provisão de infraestrutura e dos serviços públicos e que, a difusão dos padrões de consumo, por sua vez foi consideravelmente precária.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar a estratégia novo-desenvolvimentista centrada na expansão do mercado de consumo de massa, a partir do arcabouço teórico novo-desenvolvimentista. Como foi apontado, a estratégia de desenvolvimento segundo consta no Plano Plurianual 2004-2007 tem a variável produtividade como indispensável para o sucesso do modelo de desenvolvimento, sem a qual não é possível transmitir aumentos salariais para as famílias trabalhadores. Desse modo, a centralidade dessa estratégia social-desenvolvimentista estava em garantir que os mecanismos de transferência de ganhos de produtividade funcionassem corretamente.

O fraco desempenho do PIB no período, caracterizado por movimentos de altas e baixas taxas de crescimento indicam que a política baseada no tripé macroeconômico não foi suficiente para promover um desenvolvimento do setor industrial, o qual perdeu participação na contribuição da produção. Assim, observa-se que embora no PPA tenha se definido como estratégia a necessidade de coordenação entre os aumentos salariais e a produtividade, isto não se conseguiu fundamentalmente pelo baixo desempenho observado no setor industrial.

Vale salientar que no período a taxa de desemprego chegou próxima à taxa natural de desemprego, fenômeno positivo para a estratégia de consumo de massas, além do que se conseguiu ampliar a massa de rendimentos da população, notadamente a população de baixa renda, que recebe até 3 salários mínimos. Evidenciou-se também que a apropriação do consumo aconteceu efetivamente na faixa de renda salarial de 3 a 5 salários mínimos, apresentando-se assim como um grande desafio conseguir elevar, de modo sustentável, o quantitativo de famílias trabalhadoras para essa faixa de renda.

Os resultados deste artigo também indicam que houve uma modernização dos padrões de consumo, como é definido na visão de Celso Furtado. Para esse autor, os países subdesenvolvidos aumentam o consumo de bens de alta tecnologia que eles não produzem, ou seja, há um descasamento entre consumo e produção, o que leva a gerar um círculo vicioso que se perpetua. No Brasil, a difusão da modernidade ocorreu em um ambiente de frágil avanço em infraestrutura social.

Observou-se um crescimento mais sustentado do consumo das famílias em termos nominais do que em termos relativos ao PIB. Em termos proporcionais ao PIB, o consumo das famílias apresentou movimento de queda em quase todo o governo Lula e tendência de alta da FBCF e variações de estoques. É com base nessa análise que alguns autores afirmam que o governo Lula é caracterizado mais por políticas de incentivo ao investimento do que ao consumo.

A política macroeconômica de manutenção de juros elevados e o *boom* das *commodities* valorizaram o câmbio e este, como um dos principais instrumentos de transmissão de política monetária, conseguiu manter os preços relativos acomodados. Por outro lado, a valorização cambial promoveu uma concorrência dos produtos importados com os nacionais. Esse período é marcado por uma expansão da importação de bens de consumo, tais como celulares, computadores etc. O objetivo principal dessa estratégia seria estimular a industrialização, todavia ao que tudo indica, o Brasil conseguiu estimular o consumo interno utilizando a capacidade industrial instalada fora dele, o que pode ser

uma evidência de que houve, em parte, um processo interno de desindustrialização. Por fim, pelos resultados obtidos, podemos afirmar que com base na dinâmica da estratégia de desenvolvimento adotada, a economia não respondeu conforme esperado, logo não foi eficiente em promover um desenvolvimento sustentado no período analisado.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, N. *Dez anos de política econômica*. In: SADER, E. (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo, SP. Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

BARBOSA, N.; SOUZA, J.A.P. *A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda*. 14 de novembro de 2009.

BIELSCHOWSKY, R. *A estratégia de desenvolvimento e o consumo de massa*. Desafios do desenvolvimento, ano 1, ed. 3, IPEA. 2004. Disponível em: < <https://goo.gl/vv61iu>>. Acesso em 17/10/2017.

_____. *Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual* *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v.21, Número Especial, p. 729-747, 2012.

_____. *Estratégia social-desenvolvimentista (2003-2014) e ano 2015*. Jun.-2015. Disponível in: <https://goo.gl/TdAfHs>. Acesso: 04.07.2017.

BONELLI, R. *Produtividade e armadilha do lento crescimento*. 2014. Disponível em < <https://goo.gl/HkfwX9>>. Acesso em 30/01/2018.

CARNEIRO, R.M. Velhos e novos desenvolvimentismos. *Economia e Sociedade*. Número especial, v.21. Campinas, dez. 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. O novo desenvolvimentismo e apontamentos para uma nova macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. IN: OREIRO, J.L; PAULA, L.F.; BRASÍLIO, F. *Macroeconomia do desenvolvimento. Ensaio sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica*. Editora Universitária UFPE, Recife, 2012.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional*. São Paulo em Perspectiva, 20 (3), pp.5-24, 2006.

BRESSER-PEREIRA, L.C.; OREIRO, J.L; MARCONI, N. *Macroeconomia desenvolvimentista: teoria e política econômica do novo desenvolvimentismo*. 1. ed. Rio de Janeiro. Campus, 2016.

CARVALHO, L. *A valsa brasileira. Do boom ao caos econômico*. Editora Todavia (EB), São Paulo, 2018.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. *O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano*. Revista OIKOS, Volume 8, N. 1, Rio de Janeiro: 2009.

CASTELO, Rodrigo. *O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro*. Revista Serv. Soc. Soc., N. 112, p. 613-636, out./dez. São Paulo: 2012.

CORRÊA, M.F. *A dinâmica do investimento à luz das novas correntes desenvolvimentistas*. 2015. 74 f. Dissertação ‘em andamento’ (Mestrado em Economia) – Programa de pós-graduação em economia, Universidade Federal Fluminense.

FILGUEIRAS, L. *Padrão de desenvolvimento e a natureza estrutural do “voo da galinha”*. Jornal do Economistas, nº 331, Rio de Janeiro, 2017.

FILGUEIRAS, L.M.; GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

KERSTENETZKY, C. L. Consumo social e crescimento redistributivo: notas para se pensar um modelo de crescimento para o Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 36, nº 1 (142), pp. 29-45, janeiro-março/2016.

LOPES, G.B. Crescimento real do PIB, Consumo das Famílias e Consumo do Governo. *Economia e Finanças Fáceis*. 26 de novembro de 2014. MILÁ, M. M. *Extreme and persistent inequality: new evidence for Brazil combining national accounts, surveys and fiscal data, 2001-2015*. World Wealth and Income Database. Dezembro/2017.

MEDEIROS, C.A. *Inserção externa, padrões de consumo na economia brasileira*. Brasília: IPEA, 2015.

MOLLO, M.L.R.; AMADO, A.M. *O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido*. *Economia e Sociedade*, vol 24, nº 1. Campinas jan./abr. 2015.

MOURA, R.L.; BARROS, G.L. *Indicador de massa salarial ampliada: revisão de metodologia e novos números*. FGV/IBR – Notas técnicas. Agosto. 2013

OREIRO, J.L.; PAULA, F. O novo desenvolvimentismo e a agendas de reformas macroeconômicas para o crescimento sustentado com estabilidade de preços e equidade social. IN: OREIRO, J.L.; PAULA, L.F.; BRASÍLIO, F. *Macroeconomia do desenvolvimento. Ensaio sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica*. Editora Universitária UFPE, Recife, 2012.

OREIRO, J.L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol.30 no.2 São Paulo Abr./Jun. 2010.

OREIRO, J.L.C. *Macroeconomia do desenvolvimento: uma proposta keynesiana*. 1. Ed. Rio de Janeiro. LTC, 2016.

SCHINCARIOL, V.E. *Economia e política econômica no governo Dilma (2011-2014): uma história político-econômica da primeira administração de Dilma Rouseff*. Editora Raízes da América. São Paulo, 1ª edição. 2017

TRASPADINI, R. S.; MANDARINO, T. *Desenvolvimentismo x neodesenvolvimentismo na América Latina: continuidade e/ou ruptura?*. 37º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Águas de Lindóia, 2013.

TREGENNA, F. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. *Cambridge Journal of Economics*, Vol. 33, 2009.